

Política Fiscal 91: Qual?

A fragilidade política do governo federal é sobretudo conceitual. Suas características, ao mesmo tempo liberais nos objetivos e conservadoras nos métodos, trazem embutido um erro doutrinário: imaginar que o mercado é uma instituição, quando de fato é uma forma ou um princípio de organização. Fazer abstração da sociedade e suas expectativas, ao propor reformas econômicas, é no mínimo uma ingenuidade. Confundir a política econômica com as medidas econômicas adotadas pelo governo, é outra ingenuidade.

A política econômica é efetivamente o resultado da combinação e da inter-relação entre as medidas adotadas pelo governo e as reações da sociedade. Quanto mais convergentes — medidas e expectativas — mais eficiente e produtiva é a política econômica. Ao contrário, a divergência entre ambas pode, no limite, ou neutralizar as medidas ou brutalizar as suas consequências.

Neste sentido a política econômica é um *jogo estratégico*, que, em um ambiente de crise, ocorre em condições de amplas incertezas. O vício autoritário leva o governo a pensar os demais jogadores como se fossem uma extensão sua. O complexo de um *jogo estratégico* é entender os demais jogadores como eles são. Na política econômica, as *jogadas* devem buscar reações o máximo cooperativas, ou o mínimo resistentes. As articulações políticas devem definir o maior subconjunto cooperativo possível, que maximize os objetivos fundamentais no menor tempo aceitável e possível. Definida uma hipótese, o governo começa a *jogar* e negociar sabendo de antemão até quanto pode conceder. Não conceder nada, estreita o sub-

conjunto cooperativo a um ponto que pode inviabilizar os objetivos. Conceder tudo é abrir mão dos objetivos. Isto tudo requer arte e paciência, além de experiência.

Vamos tratar de 1991. Se existe um ponto formador de expectativas que pode ser considerado o nó da próxima conjuntura este é a *Política Fiscal*. Por quê? Certamente não porque alguém queira, mas porque os atores ou jogadores significativos assim acham ou acharão. Vejamos um a um, cada um deles.

Os credores da dívida externa, em função da própria definição do governo de capacidade de pagamento que tem como eixo central o saldo fiscal primário, estarão especialmente atentos à política fiscal. Todos aqueles que têm cruzados novos bloqueados sabem, ou saberão, que seu risco é inversamente proporcional ao saldo fiscal primário. O mercado financeiro acompanha de perto a política fiscal para antecipar a partir de abril ou maio suas reações ao maior ou menor controle da política monetária e da dívida pública potencial: quanto menor o saldo fiscal, maior a desorganização do mercado a partir da liberação dos cruzados novos, em setembro. Os trabalhadores, cada dia mais, verificarão que o governo discute a política salarial como empregador, em função do déficit público. Finalmente o conjunto dos empresários, que mede a capacidade de controle do governo sobre a política econômica, pelo controle de suas contas.

É fato sabido que a política fiscal em 90, em grande medida, teve caráter financeiro. De certa maneira isto era inevitável, senão necessário. No entanto, cada dia mais, se espera que o resultado fiscal positivo seja econômico, e assim, permanente.

No dia 27 de novembro, a ministra

da Economia enviou à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, um documento-resposta onde procura precisar a expectativa com que o governo federal trabalha o saldo primário de suas contas. Como a contribuição do governo federal é sempre a mais relevante para a formação do resultado fiscal final, a resposta foi ansiosamente aguardada. No entanto as informações prestadas foram angustiantes. O governo espera um saldo primário, (antes do pagamento de juros), de 0,5% (meio por cento), do PIB. Este é certamente o pior resultado fiscal de duas décadas, com exceção, talvez, dos anos de 87 e 89. Como tal saldo é conseguido através da emissão de certificados de privatização cujo destino deveria ser a esterilização via abatimento da dívida pública, e como isto caracteriza outra vez um resultado financeiro, no caso modesto, criam-se expectativas. Provavelmente com a exclusão dos CPs, até os anos de 87 e 89 serão iguais.

Com as previsões numa economia inflacionada como a nossa, sequer dão tranquilidade para o mês seguinte; como o governo se estivesse escondendo receita faria uma grande bobagem, já que o Congresso não pode mexer nas despesas com a amortização da dívida, que seria a contrapartida de um saldo operacional maior; como o governo deveria em condições de incerteza sinalizar objetivos e persegui-los, fica a impressão que as suas expectativas são ainda piores.

Enquanto isto, do outro lado da mesa, os demais jogadores pedem uma rodada de calmanete. Provavelmente as reações não serão cooperativas. A menos que tenha havido um erro. É o que esperamos, todos. Oficialmente.